Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA ENERGIA
Serviço de Notícias - INFRAEnergia
Brasília, "QUINTA-FEIRA and de "QUATRO"
edição 111

Bom dia, "3 FAMÍLIA"!
Nesta edição da INFRAEnergia: Governo e Petrobras | Diário Oficial | Fique de Olho | Clipping

MINISTRO DIZ QUE É INADEQUADO A PETROBRAS USAR PREÇO INTERNACIONAL SENDO MONOPOLISTA

Direct America Leila Coimbra, da Agência INFRA
O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, foi incumbido pelo presidente Michel Temer de encontrar uma fórmula junto à Petrobras para evitar os constantes aumentos de preços dos insumos para o setor, uma queixa feita pelo setor de construção civil.

A reclamação sobre a escalada do preço do asfalto se soma a outros protestos do setor produtivo em relação à política de preços praticada pela estatal. Desde que a Petrobras adotou a paridade com as cotações internacionais para seus produtos, houve disparada dos combustíveis, do gás de cozinha e de outros derivados de petróleo no país.

Em entrevista à **Agência INFRA**, Moreira Franco afirmou que determinou à empresa e a representantes do governo e do mercado um encaminhamento para uma solução do problema, em que o formato proposto pela empresa seja revisto.

"Uma coisa é você ter liberdade de preço quando você está num mercado competitivo. Quando você não tem concorrência, o usuário não sobrevive", disse o ministro.

Segundo ele, a justificativa de usa dos preços internacionais é completamente inadequada, já que fora do país as empresas que usam essas fórmula estão num mercado em que ocorre competição entre os fornecedores.

"Sem isso , usar preços internacionais é algo completamente inadequado", afirmou Franco, que pediu uma solução para breve. O ministro acredita que a empresa e os representantes do mercado poderão encontrar um caminho antes de haver algum impasse, no qual será necessário que o governo arbitre.

Tomar os compromissos
O setor de construção civil ouviu do presidente Michel Temer a promessa de que ele pedirá ao ministro de Minas e Energia uma solução junto à Petrobras.
A informação foi dada pelo presidente da República durante o 90º Eric (Encontro Nacional da Indústria da Construção), realizado pela CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), na semana passada, em Florianópolis (SC).

A ideia é evitar que a estatal, que, na prática, tem o monopólio do fornecimento no país, repasse aos preços do insumo a fórmula de cálculo que eleva os valores mensalmente e leva em conta os preços internacionais do barril de petróleo e dólar, ambos com tendência de forte aumento até o fim do ano.

Os contratos de obras de infraestrutura que precisam do insumo são negociados com defasagem longa, muitas vezes maior de um ano, o que tem levado as companhias a reclamar com o governo de que alguns projetos ficarão inviabilizados com a mudança na política da Petrobras.
Desde 2014, quando a estatal manifesta uma política de congelamento dos valores, até hoje, o preço do insumo já dobrou de valor. Agora, Petrobras informou que vai reajustá-lo mensalmente.

Impostos
Na sexta-feira passada (18), Moreira Franco criticou o preço da gasolina praticado pela estatal. Segundo ele, "está subindo demais".

Mas, ao ser questionado sobre a possibilidade de mudanças na política de preços da empresa, não deu maiores detalhes e preferiu revelar que existe hoje no país uma alta carga tributária, dizendo que cerca de metade do preço da gasolina hoje é imposto.

Em relação à questão tributária sobre os combustíveis, a negociação envolve outros entes federativos que se beneficiam com a receita dos impostos, como estados e municípios, além da União.

O mercado chegou a cogitar a redução das alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis, mas não houve esta confirmação por parte do governo.

Tarifas de energia
O governo planeja um pacote de redução dos preços dos combustíveis e também da energia elétrica, conforme antecipou a **Agência INFRA** em sua edição nº 99 do **INFRAEnergia** (3 de maio).

Segundo Moreira Franco, grupos de trabalho do Ministério de Minas e Energia estão se reunindo semanalmente para definir um plano de ação para a redução das tarifas elétricas. O programa foi batizado de "Plano de Ação Tarifa Justa".

Nos próximos dias, o grupo deverá apresentar um diagnóstico do processo de correção tarifária e também uma solução para que ocorra uma redução dos seus valores.

MP 814
Ao mesmo tempo em que promete tarifas e combustíveis mais baratos, o governo apoia a aprovação da MP (medida provisória) 814, prevista esta semana na Câmara dos Deputados, cujo relatório deve encarecer as tarifas de energia.

O texto aprovado na comissão repassa ao consumidor contas bilionárias resultantes do aumento da tarifa de Angra 3, aumento do preço de gás para térmicas, a prorrogação do Luz Para Todos e a criação de um fundo para bancar empregadas das distribuidoras da Eletrobras por mais dois anos.

Greve dos Caminhoneiros
Uma greve convocada pelos caminhoneiros para hoje (21) deverá colocar ainda mais pressão sobre a política de preços da estatal. As informações que chegam ao governo é que o movimento deeza vez é organizado, amplo e deverá durar um período longo.
As últimas greves foram convocadas por pequenos grupos de caminhoneiros autônomos e tiveram pouca adesão. Dessa vez, todos os grupos de autônomos pretendem aderir ao movimento. Mas a paralisação deverá ser mais ampla já que empresas transportadoras, que têm uma frota maior, também já anunciaram que vão aderir.
O governo foi acionado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que tem um grupo de debates com os representantes de associações, que a pauta do greve não os aumentos dos combustíveis e que o movimento está mobilizado. Neste domingo à PRF (Polícia Rodoviária Federal) deteve uma liminar para tentar evitar bloqueios nas estradas, prevendo multas de até R$ 100 mil para quem bloquear estradas.

voltar para a topo

DIÁRIO OFICIAL

Contabilidade - Resolução Normativa 914 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) reorganizou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.
PCH - Resoluções Normativas 64 ANEEL reorganizam decisões anteriores sobre cogeração de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).
Bônus - Despacho 1.185 da ANEEL aprovou descontos menores provisórios a ser aplicados pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) sobre os encargos de uso do sistema de Transmissão de Centros de Geração Básicas.
Fiscalis - Despacho 1.182, da superintendência de Gestão Tarifária da ANEEL, fixou os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica para julho de 2018.
CDE - Despacho 1.183, da mesma superintendência, fixou os valores das quotas referentes ao encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) de maio de 2018. já o Despacho 1.1156 fixou os valores das quotas não recolhidas entre janeiro e junho de 2017 devido a liminar em processo judicial.
ONA - A ONA (Agência Nacional de Águas) reservou para a ANEEL disponibilidade hídrica para três projetos de PCH. Os detalhes podem ser conferidos neste link.
Viagens - O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, autorizou viagem de diversos servidores ao exterior, entre eles a secretária de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, João Vicente de Carvalho Vieira. Mais detalhes neste link.
IBAMA - Instrução Normativa 46 de Ibama dispõe sobre atividades ou empreendimentos desenvolvidos pelos povos indígenas em suas próprias terras, ou de iniciativa do Poder Público em terras indígenas cujos beneficiários são as comunidades indígenas, não sujeitos ao licenciamento ambiental

voltar para a topo

FIQUE DE OLHO

Privatização da Eletrobras - O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, vai participar de audiência pública na Câmara dos Deputados, na terça-feira (22). O evento parte de um requerimento da deputada Erika Kokay (PT-DF) para que expan feitos os esclarecimentos sobre a denúncia de que a estatal gastou R$ 2 milhões de recursos para depreciar a imagem da própria empresa. O objetivo teria sido demonstrar a necessidade urgente de privatização da estatal.
Reunião Arias - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realizará a 12ª Reunião Anual da Arias (Associação Ibero-Americana de Entidades Reguladoras de Energia), que começa hoje (21) e vai até sexta (25). Estão previstas reuniões da assembleia geral, entre os reguladores de energia da Ibero-América, com participação dos reguladores norte-americanos, além de atividades bilaterais do conselho de administração da associação. As atividades serão realizadas na sede da ANEEL e no Palácio do Itamaraty, em Brasília.
Comissão de Minas e Energia - A Comissão de Minas e Energia vai debater os preços dos combustíveis no Brasil, na quarta-feira (23). A audiência está prevista para começar às 9h30, no plenário 14 da Câmara dos Deputados.
PLD - O PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), para o período de 19 a 25 de maio nos submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul, subiu 6%. Passou de R$ 226,48 para R$ 240,60 megawatts-hora. No Nordeste e no Norte, o preço também ficou equalizado entre os dois submercados, fixado em R$ 201,86/MWh. O limite de recebimento de energia da região Nordeste não é mais atingida.
Financiamento de eficiência energética - A Comissão de Assuntos Econômicos vai debater, na terça-feira (22), alterações para a resolução nº 43 do Senado Federal, que permite a contratação de operações de crédito destinadas ao financiamento de ações de promoção de eficiência energética.

voltar para a topo

CLIPPING

MOREIRA FRANCO TAX PRESSÃO POR OBRA EM TERRA INDÍGENA
Em um movimento inédito, o Ministério de Minas e Energia, comandado por Moreira Franco (MDB-R), pediu ao Ministério da Defesa que se manifeste sobre a possibilidade de autorizar que uma obra atravesse uma terra indígena sem o consentimento dos índios. A consulta do MME foi confirmada pela Defesa. Segundo o Ministério Público Federal e indigenistas, fazer a obra sem uma negociação prévia com os índios afrontaria uma decisão judicial e uma convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário. (Folha)

CSN DEBATE LIMITAR QUE AMEAÇA ATRAIR INVESTIDOR
A estatal paulista de energia Cesp (Cesp4) deslizou uma limitar que suspenda a renovação da concessão de sua hidrelétrica Porto Primavera, processo visto como crucial para atrair investidores para a privatização da companhia, que o governo de São Paulo quer realizar neste ano. A limitar, concedida no final de abril, obrigava a realização de uma sessão presencial de discussão sobre a prorrogação do contrato da usina em Rosana, município no interior paulista sede do empreendimento. (Reuters)

MONOPOLIO CRITICA DESEQUILÍBRIO NA DISPUTA COM ENEL
A cliente Maria Ruiz-Tagle, presidente da Monopolio, decidiu qualificar o dilúvio na semana decisiva para a disputa pelo controle da Eletropaulo e fazer uma crítica ferrenha à farta participação de estatais estrangeiras no setor de energia no Brasil. "Meus competidores correm com doping. Estatais não têm o mesmo racional econômico que companhias privadas e quem paga por isso é sempre o consumidor, o cidadão", disse ele em entrevista ao Valor. (Valor)

---

voltar para a topo

ENERGIA

A **Agência INFRA** leva a comprimissa de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias INFRAEnergia é exclusivo e autoral**. Ele reúne notícias e análises, material exclusivo, dos conteúdos também disponíveis no site da **Agência INFRA**, produzido e organizado por jornalistas de mais relevante **Quem** Está evitar que seu boletim vá para a Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou adicione o endereço ... aos seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados públicos ou de propriedade da iNFRA/Jornalismo LTDA.

Imagens:
Agência Brasil
Arisco:

Equipe Agência INFRA
Ernesto Arcoverde, Alfredo Junqueira, Cláudio Borges,
Jaqueline Alves, Bernardo Gonzaga, Leila Coimbra e Carlos Ely Alves.
www.agenciainfra.com
www.agenciainfra.com
Copyright © 2018 Agência INFRA. Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this? unsubscribe from this list update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.